

Maksoud, na Comissão da Constituinte, defendeu a Constituinte sem influência dos 3 poderes

Empresário é a favor da Constituinte livre

O empresário e jornalista Henry Maksoud defendeu ontem a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, ou seja, com a única finalidade de elaborar a nova Constituição brasileira. Para isso, a Constituinte não poderá ter compromissos com partidos políticos ou mesmo com o próprio Poder Legislativo. A proposta foi apresentada em palestra feita na Comissão Mista do Congresso Nacional - que examina a mensagem do presidente da República que delega poderes constituintes ao Congresso Nacional. Além disso, Maksoud ressaltou a necessidade de se esclarecer, da forma mais ampla possível, a opinião pública sobre os objetivos reais de uma Constituição.

De acordo com o empresário, não pode haver dúvidas de que o conceito de regime Constitucional representativo "ficou intimamente ligado à idéia de um governo composto de representantes do povo, no qual seus órgãos são estritamente circunscritos pela Constituição escrita, que lhes atribui poderes específicos". Para Maksoud, o preceito de que todo poder emana do povo refere-se ao fato de que o povo, organizado em algum tipo de convenção constituinte, tem o direito exclusivo de determinar os poderes dos órgãos Executivo, Judiciário e Legislativo. Por isso mesmo, explicou: "como a Constituição é o instrumento que estabelece os princípios mais gerais que regulam os atos do Poder Legislativo, não faz sentido que este mesmo Legislativo possa elaborar ou modificar uma Constituição".

Em sua palestra, Henry Maksoud ressaltou que "uma sociedade livre necessita de normas permanentes de organização para restringir os poderes do governo, seja qual for o grau de excitação ou o conjunto de forças em disputa do momento político. É preciso, pois, que uma Constituição seja elaborada por uma entidade constituinte independente de qualquer dos três poderes e quaisquer

Documento exige mais participação

O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) entregou ontem ao relator da comissão mista que examina a convocação da Constituinte, deputado Flávio Birrembarch (PMDB-SP), abaixo-assinado com mais de 5 mil assinaturas colhidas em reuniões patrocinadas por cerca de 500 organizações da sociedade civil, reivindicando a ampliação da participação popular na assembleia.

No documento, subscrito por pessoas residentes nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e no Distrito Federal, é defendida uma Constituinte exclusiva, e não congressual, «aberta aos apelos do povo, livre de injunções governamentais, autônoma e soberana».

partidarismos". Na opinião do empresário, a Carta Magna deve servir de garantia para a liberdade individual do cidadão, contra qualquer ato discricionário do governo e de outros indivíduos ou grupos.

A tripartição de poderes da República, na prática, como ocorre no Brasil, não respeita a necessária independência e autonomia do Executivo, Legislativo e Judiciário. Para ele, o poder Judiciário deve a sua composição a indicações feitas pelo Executivo. O Poder Legislativo atende a interesses partidários e aos seus próprios de manter as suas regalias de poder e aos do Executivo. Por sua vez, este último é o "todo-poderoso", com dispositivos que lhe perpetuam como o mandatário do País.

Esta falta de independência e autonomia dos poderes da República, de acordo com Maksoud, deve-se a um erro de implantação. Seria melhor, como ele ressaltou, que o Poder Judiciário nada desse a nenhum outro, sendo composto por profissionais de direito que ascendessem em uma carreira legitimada. Como ocorre com os padres que vão subindo de degrau em degrau até atingir a condição de Papa.

O Poder Legislativo seria integrado por pessoas eleitas diretamente pelo povo, sem nenhuma filiação partidária, com o único propósito de legislar no interesse do desenvolvimento da sociedade e garantindo as suas liberdades contra qualquer ingerência do Executivo. Este último, por sua vez, seria integrado por deputados, e bem eleitos pelo povo por via direta, e que representariam os interesses de partidos políticos.

Ao ser indagado se preferia, como sistema de governo, o parlamentarismo ou o presidencialismo - como ocorre atualmente - Maksoud disse que este é outro grande equívoco. Para ele, existem apenas dois sistemas de governo: um baseado numa natureza coletivista e com uma administração centralizadora, como ocorre na União Soviética e um outro que se fundamenta na garantia das liberdades individuais e econômicas, respeitando um ordenamento de mercado. Da mesma forma que ocorre com os regimes políticos que se pretende ter: ou "o aberto, baseado na salvaguarda da vida, liberdade e propriedade do cidadão"; ou "o totalitário, que despreza a liberdade individual e não tolera o direito fundamental à propriedade legitimamente adquirida".

Conforme Maksoud, não existem instituições, no Brasil, como raízes sólidas, nem tampouco tradição política partidária. Isso porque, todas as constituições anteriormente redigidas foram rejeitadas por atenderem aos interesses que não correspondiam aos princípios políticos liberais ou totalitários.